

**Luiz F. Dourado e Afrânio M. Catani, orgs. (1999).  
*Universidade Pública: Políticas e Identidade Institucional.*  
Campinas: Editora Autores Reunidos. 90 páginas**

A instituição "Universidade" e os sistemas de ensino superior em geral têm assumido uma centralidade sem precedentes nos discursos políticos sobre a educação em quase todos os países do mundo. Por um lado, transformações significativas no modo de produzir induzem o conhecimento como factor de produção cada vez mais crucial, por outro, os governos parecem apostar em formas cada vez mais globalizadas de regulação dos subsistemas sociais. Talvez estes dois aspectos estejam na base da sensação de familiaridade com que escutamos e discutimos com os colegas brasileiros que se dedicam à investigação das políticas do ensino superior no seu país. É evidente, e tal seria perigoso a todos os níveis, que não é possível ignorar a especificidade do contexto brasileiro em relação ao europeu, quer dizer, e por exemplo, as diferenças relativas à expansão do acesso ao ensino superior e a forte presença de um significativo sector privado. Todavia, parece poder falar-se de uma espécie de agenda de discussão comum em torno da alteração das relações entre o Estado e as instituições de ensino superior e da emergência de novas formas de regulação deste subsistema, como aquelas que resultam da implementação da autonomia institucional, da crescente tónica na necessidade de prestação de contas, da avaliação do desempenho das instituições e do desempenho dos académicos.

Neste sentido, este pequeno livro organizado por Luiz Fernandes Dourado e Afrânio Mendes Catani é interessante e estimulante do debate sobre o sentido das transformações que a universidade enquanto instituição tem vindo a sofrer, e das repercussões da globalização na re-definição dos objectivos e do perfil do ensino superior. Esta obra é resultado das actividades levadas a cabo pelo «Grupo de Trabalho "Estado e Política Educacional"», da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), mais precisamente do encontro de investigadores das mais diversas universidades brasileiras e que teve lugar na cidade de Goiânia.

O capítulo 1, da autoria de Luiz Fernandes Dourado e João Ferreira de Oliveira, «Políticas Educacionais e Reconfiguração da Educação Superior no

Brasil», procura identificar o quadro dentro do qual o sistema de ensino superior brasileiro tem tido o seu desenvolvimento político. De facto, os autores afirmam que a re-significação das instituições desse nível educacional deve ser contextualizada pelo cruzamento de três vectores fundamentais: «a revolução técnico-científica ou tecnológica, o processo de globalização e o projecto neoliberal» (p: 6), sendo que no centro de todas elas parecem estar alterações significativas no mundo da produção e do trabalho. Assim, as instituições de ensino superior vêem a sua identidade questionada pela alteração do contexto político em que se desenvolveram, pela pressão de relevância económica e social exercida sobre elas e, eventualmente, pela crescente vocacionalização das suas missões. Os autores, de forma incisiva, procuram encontrar a pedra-de-toque desta re-significação do ensino superior na emergência do mercado como forma central de regulação: «(n)este modelo, o mercado torna-se o princípio fundador, unificador e auto-regulador da sociedade. A sociedade é entregue às forças da concorrência, como princípio de organização social» (p.7).

É sobre este quadro de inspiração neoliberal que, a seu ver, a alteração das relações entre o Estado, em geral, e o Estado brasileiro, em particular, e as instituições de ensino superior estão a ser pensadas. Os autores identificam mesmo uma nova ordem cognitiva sobre a qual assenta o discurso reformador que os Estados, sobretudo os centrais, têm vindo a assumir no que concerne à educação. Essa nova ordem cognitiva parece traduzir-se numa também «nova linguagem»: «(a) expansão da educação e do conhecimento vem-se expressando, através de palavras como: diversificação, diferenciação, flexibilidade, competitividade, modernização, desempenho, eficiência, integração, parceria, autonomia, adaptabilidade e qualidade» (p.10).

É dentro deste quadro político e desta matriz cognitiva que os autores localizam o Plano Nacional de Educação e as mais recentes políticas para a educação superior no contexto brasileiro. Nas políticas dimanadas do MEC na década de 90 parece realmente perfilar-se a assunção segundo a qual «o Estado é considerado incompetente para gerir a educação», assumindo-se então transferir essa gestão para a iniciativa privada «que se apresenta como *natural* promotora da eficiência e da qualidade» (p.13). Esta assunção parece, na óptica dos investigadores, repercutir-se em novas formas de regulação e

gestão do sistema de ensino superior brasileiro, quer ao nível estrutural — pela interpenetração dos sectores público e privado —, quer a nível institucional — pela diferenciação de modelos organizacionais —, quer pela diversificação programática, para mencionar apenas estes aspectos.

O capítulo termina com o sublinhar da urgência do repensar do papel social da educação superior, sobretudo no contexto do Brasil. Na medida em que a regulação emergente, centrada nas leis do tipo das do mercado, parece surgir como natural e legitimar a imposição da ordem global quer em termos económicos quer em termos políticos, os autores sublinham que urge «repensar o papel social da educação superior, possibilitando uma reflexão-ação sobre a finalidade da educação e o papel da universidade pública como instituição social» (p.20).

O segundo capítulo, da autoria de Vera Lúcia Alves de Brito, «Autonomia Universitária: Luta Histórica», retoma a questão da assunção política da incompetência do Estado — tradicional providenciador e regulador da educação — para gerir o sistema educativo. Tal assunção parece localizar-se na encruzilhada de duas áreas de consenso — aquilo a que a autora chama o «imaginário do consenso» — sendo a primeira o postular da educação como recurso estratégico da modernização da nação e a segunda a de que o Estado não seria já o seu legítimo intérprete. Assim, com o desiderato de «modernizar o sistema educacional e agilizar a sua administração, implantar novas formas de gestão, as acções governamentais têm efetivado mudanças que implicam ruptura com concepções que identificam o Estado como principal responsável pela educação pública. (...)» (p. 24). A investigadora localiza a presença deste consenso na actual reforma do Estado brasileiro e na reforma universitária. A autora deixa o aviso contra formas de «autonomia perversa» (p. 40) que eventualmente se perfilam por detrás das propostas do Ministério da Educação e da Cultura que, no seu dizer, «procura convencer as instituições universitárias, a partir de supostos consensos inquestionáveis, que os fins da agilidade administrativa, a flexibilização, a produtividade, a qualidade, são os principais objetivos da universidade» (p.39).

O capítulo três, «Autonomia das Universidades Públicas Federais: Situação Atual, Propostas e Perigos», de Nelson Cardoso Amaral, refocaliza a questão das relações entre o Estado e as instituições de ensino superior,

especificamente as universidades federais. O contributo deste capítulo centra-se em torno da discussão substantiva da autonomia, desde a natureza jurídica das universidades federais até às regras de financiamento destas instituições, passando pelas questões ligadas ao seu exercício da autonomia pedagógica, administrativa e financeira. O autor insiste que o contexto em que a autonomia institucional é discutida não é de modo algum propício, dado que, diz ele a título de exemplo, no preciso momento em que aquela está a ser discutida retiram-se às universidades «até mesmo a autonomia de decidir como aplicar os seus recursos directamente arrecadados» (p.43).

O capítulo quatro, «A Gratificação de Estímulo à Docência (GED): Alterações no Trabalho Académico e no Padrão de Gestão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)», escrito em parceria por Afrânio Mendes Catani e João Ferreira de Oliveira, analisa a partir de outra perspectiva as consequências das políticas de transformação do sistema de ensino superior brasileiro partindo do dispositivo legal — criado pela lei nº 9 678 de 3 de Julho de 1998 — designado Gratificação de Estímulo à Docência (GED). A ideia central é a de que, em conformidade com a lógica orientadora das políticas do ensino superior no Brasil, é possível identificar já, escrevendo um ano depois da implementação daquele normativo, alterações «no comportamento docente e na natureza do trabalho académico» (p.66). Na verdade, parece que o GED teve um impacto sem precedentes na natureza das IFES e do trabalho aí desenvolvido, designadamente traduzindo-se no sacrifício «das actividades de pesquisa, de extensão e administrativas» (p.67). Por outro lado, mas coerentemente, parecem estar a surgir processos de avaliação não concordantes com a identidade institucional das universidades federais, nomeadamente traduzindo o desempenho dos académicos em termos de produtividade medida, por seu turno, pelo número de horas dedicadas ao ensino, na base do qual o processo de avaliação assenta. Os autores mostram-se apreensivos com o facto de eventualmente o GED se consolidar como indutor de uma autonomia institucional fundada na «institucionalização de uma racionalidade económica e produtivista» (p.69).

Afrânio Mendes Catani, Gustavo L. Gutierrez e Walkíria M. H. Ferrer no capítulo final, «O Jornal *Folha de S. Paulo* e a "Lista dos Improdutivos" da USP», revisitam um episódio e seus desenvolvimentos ocorridos há mais de dez anos, em 1988, quando o jornal *Folha de S. Paulo* publicou uma lista com

1 108 nomes de professores da Universidade de S. Paulo com o título «Relação de docentes sem produção científica em 85-86». Depois de uma abordagem e análise qualitativa da polémica gerada, os autores acabam por construir uma estimulante base para a discussão dos processos de avaliação e de auto-avaliação das universidades, designadamente as universidades públicas. Sem poupar os próprios professores, em quem «é impossível não enxergar traços de um corporativismo excludente, elitista e conservador» (p. 86) e determinado tipo de imprensa, os autores procuram retomar a polémica e capitalizar as suas consequências para uma reflexão crítica sobre as transformações que a universidade, em geral, e a universidade brasileira, em particular, estão a sofrer. Nomeadamente colocando questões cruciais sobre o processo de avaliação das universidades como: «quem pode, com legitimidade, avaliar a produção científica da universidade» (p.87).

Embora de pequenas dimensões, este livro coloca de uma forma incisiva a questão que é já impossível contornar: o que é a Universidade? Qual a sua missão nos contextos contemporâneos? Na sua redefinição os actores hegemónicos propõem, muitas vezes escudados por uma lógica de apregoado e simples pragmatismo, modelos de universidade e de organização da universidade que mimetizam os modelos empresariais. Todavia, é fundamental que outros actores e outras lógicas assumam a voz neste debate que está ainda longe de estar terminado. Dourado e Catani dão, assim, um excelente contributo.

**António M. Magalhães**  
Universidade do Porto